

ágora: Thinking

Apresentamos a terceira edição do ágora: Thinking, que se volta à saída de Nísia Trindade do Ministério da Saúde, ao julgamento do STF sobre as emendas parlamentares e sobre perspectivas econômicas.

O ágora: Thinking é o nosso boletim quinzenal de cenário político-institucional. A cada edição trataremos de diferentes temas em evidência na agenda política brasileira.

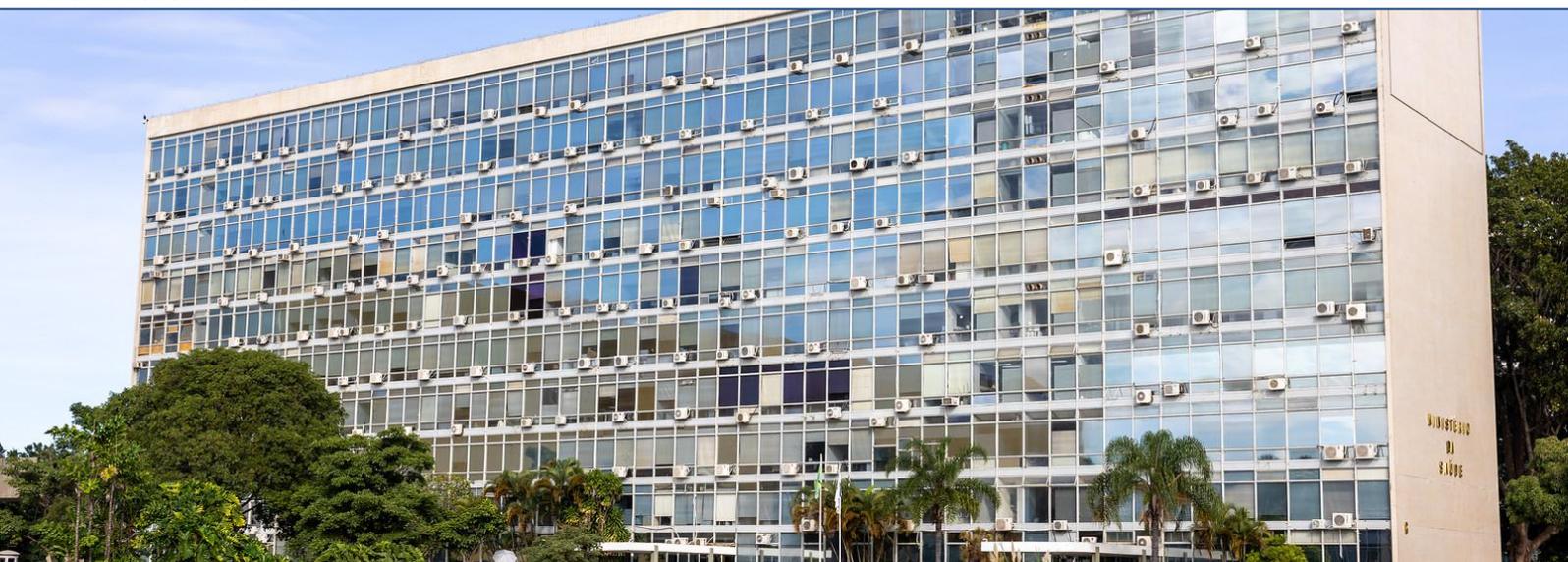
Da gestão técnica à nova agenda política no Ministério da Saúde

A transição de Nísia Trindade para Alexandre Padilha no Ministério da Saúde sinaliza uma mudança estratégica: de uma gestão técnica e ideológica, para uma abordagem mais política. Enquanto o legado de Nísia foi marcado por desafios como surtos de dengue e baixa cobertura vacinal, mas também pela reorganização interna do ministério, Padilha assume após intensa disputa interna, priorizando medidas de impacto rápido – exemplificado pela expansão do Farmácia Popular – que podem mobilizar a população e aproximar o setor privado, mas também adiam reformas estruturais essenciais para o sistema de saúde.

Diferente da antecessora, Alexandre Padilha assume o ministério não como um prêmio, mas como o resultado de uma longa disputa interna e de um processo de reinvenção política. Com anos de aspiração para reassumir a pasta, sua nomeação ocorre após um período de desgaste de dois anos na Secretaria de Relações Institucionais.

Durante sua atuação como articulador político do governo Lula, Padilha enfrentou desafios significativos, tendo sido reiteradamente neutralizado pelo então presidente da Câmara, Arthur Lira, o que ocasionou episódios de desgaste político. A recente renovação na liderança da Câmara, abre possibilidades para uma reconfiguração das pontes institucionais, ainda que sem garantias plenas de maior autonomia. Com o robusto orçamento da saúde e a gestão de emendas parlamentares – que, em média, movimentam cerca de R\$20 bilhões – à sua disposição, a necessidade de redesenhar sua estratégia de negociação política se torna imperativa.

Fonte: Walterson Rosa/MS



STF e Medidas de Transparência nas Emendas Parlamentares

O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a analisar a decisão proferida pelo ministro Flávio Dino, que homologou o plano de trabalho apresentado pelo Congresso Nacional, visando aprimorar a transparência e a rastreabilidade dos repasses das emendas parlamentares.

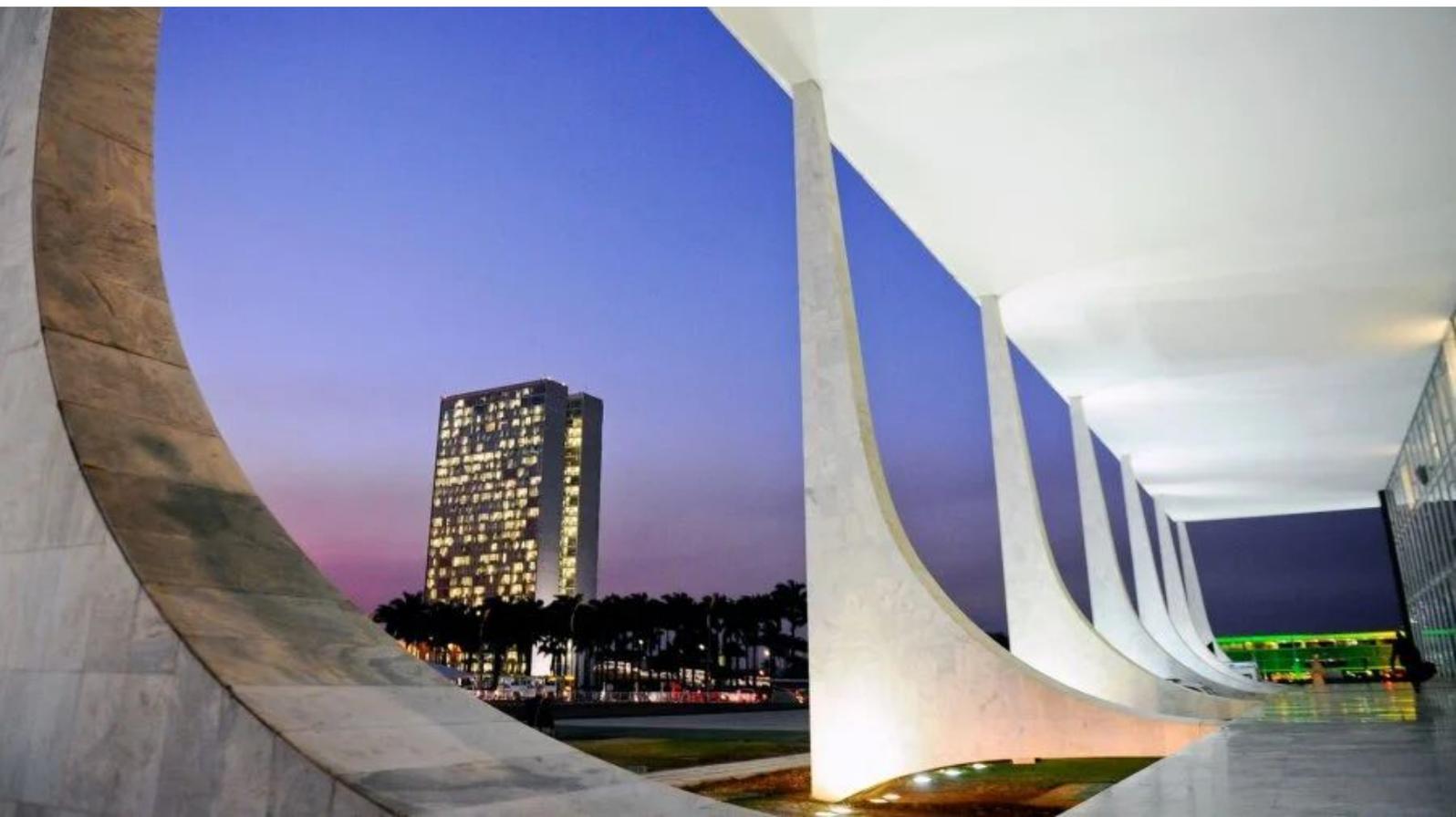
O impasse iniciou em dezembro de 2022, quando o STF declarou inconstitucionais as chamadas emendas RP8 (emendas de comissão) e RP9 (emendas de relator). Em resposta, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que alterou as regras de distribuição dos recursos. Desde então, foram adotadas medidas de suspensão e bloqueio – como o bloqueio de R\$ 4,2 bilhões em emendas RP8.

Na decisão de Dino, foi destacado o avanço à transparência na destinação das emendas, mas com ressalvas, permanecendo suspensas aquelas que: possuem algum impedimento técnico; emenda PIX sem plano de trabalho apresentado e aprovado; ausência de comprovação da destinação dos recursos; e emendas destinadas à saúde não transferidas para contas bancárias específicas.

Embora a decisão de Dino tenha entrado em vigor com sua publicação, ela ainda depende de aprovação pelo plenário e, em virtude da “excepcional urgência” do caso, foi agendada uma sessão virtual extraordinária, que terá início na sexta-feira (28), expondo a prioridade dada à retomada dos pagamentos e composição institucional.

O montante previsto para as emendas parlamentares no orçamento é de aproximadamente R\$ 52 bilhões, um aumento em relação aos R\$ 49,2 bilhões de 2024 e expressivamente superior aos R\$ 6,1 bilhões registrados em 2014. Apesar dos avanços, o PSOL, por exemplo, aponta que ainda há descumprimentos das normas, enquanto determinadas modalidades de repasses continuam suspensas por impedimentos técnicos, auditorias e decisões judiciais específicas.

Fonte: Wirestock/Getty Imagens



Contexto Econômico

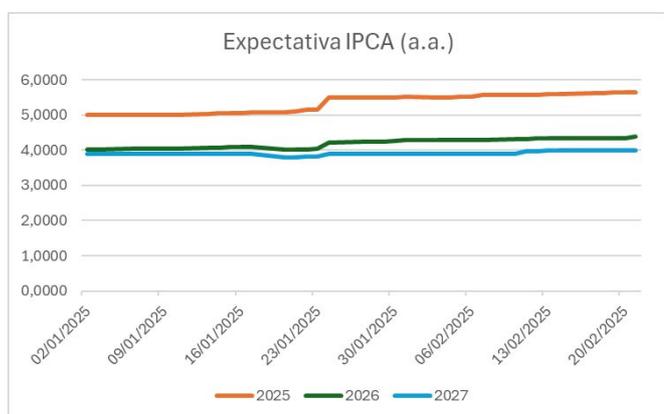
O cenário de expectativas econômicas (baseado no Boletim Focus do Banco Central) para 2025 acompanha o ceticismo do terceiro trimestre de 2024. A inflação (IPCA) fechou 2024 em 4,83%, acima da meta de inflação fixada em 3,0% (com intervalo de tolerância de 1,5%). A frustração de expectativas relacionadas ao cenário fiscal pressionou as expectativas da inflação (pelo IPCA) para 2025, com expectativa de fechamento do ano em 5,64% (1.14% acima do teto da meta), em deterioração diante da expectativa de 5,0% no início do ano.

Para 2026 há uma elevação da expectativa que partiu de 4% no início do ano para os atuais 4,4%. Em 2027 as expectativas estão estáveis em 4,0%. Esse cenário aponta para o descumprimento da meta de inflação em 2025, mas atingimento da meta em 2026 e 2027.

Com esse cenário, as expectativas sobre a SELIC permanecem estáveis desde o início do ano, marcando 15% em 2025, 12,5% em 2026 (ante 12% no início do ano) e 10,5% em 2027 (ante 10% no início do ano).

Tais expectativas indicam para um cenário de arrefecimento inflacionário e reversão da curva de juros SELIC. Para 2025, no entanto, o cenário é de pressão, indicando ambiente de debates e potencial tensionamento entre as áreas econômica e social do governo, assim como pressão sobre o Banco Central.

Considerando o cenário externo, ainda é incerto o impacto de novo posicionamento de política internacional dos Estados Unidos, assim como sobre os efeitos desse posicionamento frente a países do BRICS, que podem levar a deterioração do cenário interno.



Fonte: Boletim Focus, Banco Central - Elaboração: ágora



Fonte: Boletim Focus, Banco Central - Elaboração: ágora

Conclusão

A reforma ministerial reflete um movimento estratégico de fortalecimento da base aliada de Lula, essencial para garantir a governabilidade e a tramitação de projetos prioritários em um Congresso fragmentado. No entanto, a mudança de perfil no Ministério da Saúde, privilegiando um viés mais político, pode indicar uma aposta de curto prazo para ganhos eleitorais, enquanto reformas estruturais no setor seguem adiadas.

Por outro lado, o julgamento do STF sobre as emendas parlamentares adiciona um novo elemento à equação da estabilidade institucional, podendo redefinir os mecanismos de negociação orçamentária entre Executivo e Legislativo.

No campo econômico, a inflação acima da meta e as pressões fiscais aumentam a tensão entre a política fiscal e os objetivos sociais do governo. Diante desse cenário, a estabilidade política e econômica dependerá da capacidade de Lula em manter sua coalizão coesa e da reorganização da oposição em um ambiente eleitoral ainda indefinido.